

Kant e a Razão Crítica



Kant e a Razão Crítica

1. Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objetos do querer). O princípio da autonomia é, portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 85.

De acordo com a doutrina ética de Kant:

- O Imperativo Categórico não se relaciona com a matéria da ação e com o que deve resultar dela, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva.
- O Imperativo Categórico é um cânone que nos leva a agir por inclinação, vale dizer, tendo por objetivo a satisfação de paixões subjetivas.
- Inclinação é a independência da faculdade de apetição das sensações, que representa aspectos objetivos baseados em um julgamento universal.
- A boa vontade deve ser utilizada para satisfazer os desejos pessoais do homem. Trata-se de fundamento determinante do agir, para a satisfação das inclinações.

2. Sobre a questão do conhecimento na filosofia kantiana, é CORRETO afirmar que

- o ato de conhecer se distingue em duas formas básicas: conhecimento empírico e conhecimento puro.
- para conhecer, é preciso se lançar ao exercício do pensar conceitos concretos.
- as formas distintas de conhecimento, descritas na obra *Crítica da razão pura*, são denominadas, respectivamente, juízo universal e juízo necessário e suficiente.
- o registro mais contundente acerca do conhecimento se faz a partir da distinção de dois juízos, a saber: juízo analítico e juízo sintético ou juízo de elucidação.

3. No século XVIII, o filósofo Emanuel Kant formulou as hipóteses de seu idealismo transcendental. Segundo Kant, todo conhecimento logicamente válido inicia-se pela experiência, mas é construído internamente por meio das formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias lógicas do entendimento. Dessa maneira, para Kant, não é o objeto que possui uma verdade a ser conhecida pelo sujeito cognoscente, mas sim o sujeito que, ao conhecer o objeto, nele inscreve suas próprias coordenadas sensíveis e intelectuais.

De acordo com a filosofia kantiana, pode-se afirmar que

- a) a mente humana é como uma “tabula rasa”, uma folha em branco que recebe todos os seus conteúdos da experiência.
- b) os conhecimentos são revelados por Deus para os homens.
- c) todos os conhecimentos são inatos, não dependendo da experiência.
- d) Kant foi um filósofo da antiguidade.
- e) para Kant, o centro do processo de conhecimento é o sujeito, não o objeto.

4. **“Ser caritativo quando se pode sê-lo é um dever, e há além disso muitas almas de disposição tão compassivas que, mesmo sem nenhum outro motivo de vaidade ou interesse, acham íntimo prazer em espalhar alegria à sua volta, e se podem alegrar com o contentamento dos outros, enquanto este é obra sua. Eu afirmo porém que neste caso uma tal ação, por conforme ao dever, por amável que ela seja, não tem contudo nenhum verdadeiro valor moral, mas vai emparelhar com outras inclinações, por exemplo o amor das honras que, quando por feliz acaso, topa aquilo que efetivamente é de interesse geral e conforme ao dever, é conseqüentemente honroso e merece louvor e estímulo, mas não estima; pois à sua máxima falta o conteúdo moral que manda que tais ações se pratiquem não por inclinação, mas por dever.”**

(KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Trad. de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 113.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o dever em Kant, é correto afirmar:

- a) Ser compassivo é o que determina que uma ação tenha valor moral.
- b) Numa ação por dever, as inclinações estão subordinadas ao princípio moral.
- c) A ação por dever é determinada pela simpatia para com os seres humanos.
- d) O valor moral de uma ação é determinado pela promoção da felicidade humana.
- e) É no propósito visado que uma ação praticada por dever tem o seu valor moral.

5. **“É na verdade conforme ao dever que o merceeiro não suba os preços ao comprador inexperiente, e quando o movimento do negócio é grande, o comerciante esperto também não faz semelhante coisa, mas mantém um preço fixo geral para toda a gente, de forma que uma criança pode comprar em sua casa tão bem como qualquer outra pessoa. É-se, pois servido *honradamente*; mas isto ainda não é bastante para acreditar que o comerciante tenha assim procedido por dever e princípios de honradez; o seu interesse assim o exigia; mas não é de aceitar que ele além disso tenha tido uma inclinação imediata para os seus fregueses, de maneira a não fazer, por amor deles, preço mais vantajoso a um do que outro”.**

(KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Trad. de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 112.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o conceito de dever em Kant, considere as afirmativas a seguir, sobre a ação do merceiro.

- I. É uma ação correta, isto é, conforme o dever.
- II. É moral, pois revela honestidade na relação com seus clientes.
- III. Não é uma ação por dever, pois sua intenção é egoísta.
- IV. É honesta, mas motivada pela compaixão aos semelhantes.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

6. Leia o texto a seguir.

Na Primeira Secção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Kant analisa dois conceitos fundamentais de sua teoria moral: o conceito de vontade boa e o de imperativo categórico. Esses dois conceitos traduzem as duas condições básicas do dever: o seu aspecto objetivo, a lei moral, e o seu aspecto subjetivo, o acatamento da lei pela subjetividade livre, como condição necessária e suficiente da ação.

(DUTRA, D. V. Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 29.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria moral kantiana, é correto afirmar:

- a) A vontade boa, enquanto condição do dever, consiste em respeitar a lei moral, tendo como motivo da ação a simples conformidade à lei.
- b) O imperativo categórico incorre na contingência de um querer arbitrário cuja intencionalidade determina subjetivamente o valor moral da ação.
- c) Para que possa ser qualificada do ponto de vista moral, uma ação deve ter como condição necessária e suficiente uma vontade condicionada por interesses e inclinações sensíveis.
- d) A razão é capaz de guiar a vontade como meio para a satisfação de todas as necessidades e assim realizar seu verdadeiro destino prático: a felicidade.

- e) A razão, quando se torna livre das condições subjetivas que a coagem, é, em si, necessariamente conforme a vontade e somente por ela suficientemente determinada.

7. Na perspectiva do conhecimento, Immanuel Kant pretende superar a dicotomia racionalismo-empirismo. Entre as alternativas abaixo, a única que contém informações corretas sobre o criticismo kantiano é:

- a) A razão estabelece as condições de possibilidade do conhecimento; por isso independe da matéria do conhecimento.
- b) O conhecimento é constituído de matéria e forma. Para termos conhecimento das coisas, temos de organizá-las a partir da forma a priori do espaço e do tempo.
- c) O conhecimento é constituído de matéria, forma e pensamento. Para termos conhecimento das coisas temos de pensá-las a partir do tempo cronológico.
- d) A razão enquanto determinante nos conhecimentos fenomênicos e noumênicos (transcendentais) atesta a capacidade do ser humano.
- a) O homem conhece pela razão a realidade fenomênica porque Deus é quem afinal determina este processo.

8. No texto **“Que é “Esclarecimento”? (1783), o que significa, conforme Kant, a saída do homem da menoridade da qual ele mesmo é culpado?**

- a) O uso da razão crítica, exceto quando se tratar de doutrinas religiosas.
- b) A capacidade de aceitar passivamente a autoridade científica ou política.
- c) A liberdade para executar desejos e impulsos conforme a natureza instintiva do homem.
- d) A coragem de ser autônomo, rejeitando, portanto, qualquer condição tutelar.
- e) O alcance da idade apropriada para uso da racionalidade subjetiva.

9. **“Já desde os tempos mais antigos da filosofia, os estudiosos da razão pura conceberam, além dos seres sensíveis ou fenômenos, que constituem o mundo dos sentidos, seres inteligíveis particulares, que constituiriam um mundo inteligível, e, visto que confundiam (o que era de desculpar a uma época ainda inculta) fenômeno e aparência, atribuíram realidade unicamente aos seres inteligíveis. De fato, se, como convém, considerarmos os objetos dos sentidos como simples fenômenos, admitimos assim que lhes está subjacente uma coisa em si, embora não saibamos como ela é constituída em si mesma, mas apenas conheçamos o seu fenômeno, isto é, a maneira como os nossos sentidos são afetados por este algo desconhecido”.**

Immanuel Kant

Sobre a teoria do conhecimento kantiana, conforme o texto acima, seguem as seguintes afirmativas:

- I. Desde sempre, os filósofos atribuíram realidade tanto aos seres sensíveis quanto aos seres inteligíveis.
- II. Podemos conhecer, em relação às coisas em si mesmas, apenas seu fenômeno, ou seja, a maneira como elas afetam nossos sentidos.
- III. Porque podemos conhecer apenas seus fenômenos, as coisas em si mesmas não têm realidade.
- IV. Os filósofos anteriores a Kant não diferenciavam fenômeno de aparência, e, assim, consideravam que o fenômeno não era real.
- V. As intuições puras da sensibilidade e os conceitos puros do entendimento incidem apenas em objetos de uma experiência possível; sem as primeiras, os segundos não têm significação.

Das afirmativas feitas acima

- a) apenas II e IV estão corretas.
- b) apenas II, IV e V estão corretas.
- c) apenas II, III, IV e V estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.
- e) todas as afirmativas estão incorretas.

10. **“Quando a vontade é autônoma, ela pode ser vista como outorgando a si mesma a lei, pois, querendo o imperativo categórico, ela é puramente racional e não dependente de qualquer desejo ou inclinação exterior à razão. [...] Na medida em que sou autônomo, legislo para mim mesmo exatamente a mesma lei que todo outro ser racional autônomo legisla para si.”**

(WALKER, Ralph. Kant: Kant e a lei moral. Trad. de Oswaldo Giacóia Júnior. São Paulo: Unesp, 1999. p. 41.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre autonomia em Kant, considere as seguintes afirmativas:

- I. A vontade autônoma, ao seguir sua própria lei, segue a razão pura prática.
- II. Segundo o princípio da autonomia, as máximas escolhidas devem ser apenas aquelas que se podem querer como lei universal.
- III. Seguir os seus próprios desejos e paixões é agir de modo autônomo.
- IV. A autonomia compreende toda escolha racional, inclusive a escolha dos meios para atingir o objeto do desejo.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

Gabarito

1. A
2. A
3. E
4. B
5. B
6. A
7. B
8. D
9. B
10. A